

A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Luiz de Sousa Junior
Universidade Federal da Paraíba
luizsjunior@gmail.com

Resumo: O artigo objetiva investigar a recente política de expansão da universidade pública brasileira tomando por base uma instituição federal de ensino superior. O texto procura fornecer um panorama das transformações acontecidas no período de 2004 a 2010 a partir da análise de alguns indicadores educacionais, tais como vagas ofertadas, matrículas, quantitativo de pessoal docente e recursos orçamentários. Utilizou-se como metodologia o procedimento analítico-descritivo a partir de dados secundários obtidos diretamente na Instituição. O artigo conclui que a política de expansão, a despeito de alguns percalços, significa uma nova fase na democratização da educação pública superior no Brasil.

Palavras chaves: universidade; expansão; democratização.

INTRODUÇÃO

Os anos de 1995 a 2003, no Brasil, foram de forte restrição para a educação superior pública. A política educacional, orçamentária e financeira desse período pouca atenção deu à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Tal situação resultou em crescente deterioração das condições infra-estruturais e em desvalorização dos recursos humanos das instituições federais de ensino superior. A gestão de uma universidade pública nessas circunstâncias constitui-se num desafio hercúleo até porque a crescente demanda por mais ensino e melhor qualidade na oferta, em meio à situação de restrição orçamentária, impõe aos gestores, mais do que em outros períodos, a cobrança de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos disponíveis. Mas essa é uma situação que tende a chegar a limites intransponíveis e gerar uma crise de legitimidade das instituições de ensino superior públicas.

No âmbito das reformas educativas desencadeadas em praticamente todos os países desenvolvidos e, também, naqueles em desenvolvimento (os emergente), assentadas nas idéias produzidas no esteio teórico que veio a ser conhecido como *Consenso de Washington*, o processo de mercantilização da educação ou de formação de mercados educativos avançou como nunca ocorrera anteriormente a tal ponto que os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o aparecimento dos tratados de livre-comércio incluíram os serviços educacionais como uma das áreas a serem submetidas às à competição capitalista e às regras do mercado (FELDFEBER, 2008).

No Brasil, país com destacado atraso na oferta de uma educação pública de qualidade, a onda de mercantilização do ensino superior agigantou-se a partir dos anos de 1990, com abertura e desregulamentação do mercado privado de ensino superior e forte contenção dos gastos públicos nessa área. As universidades públicas entraram em nova fase de crise financeira. Boa-

ventura de Sousa Santos assevera que a crise das universidades públicas foi induzida por conta da perda de prioridade do bem público universitário, e das políticas sociais em geral, levando à descapitalização dessas instituições (SANTOS, 2004).

Esse processo veio sofrer uma inflexão no sentido de resgate das condições de oferta da educação pública a partir de 2004. Entretanto, os resultados dessa nova forma de relação Estado-Universidade pública só vieram consolidar-se nos anos subsequentes.

Este artigo objetiva proceder a uma avaliação das mudanças verificadas na política para o ensino superior público tomando como referência uma instituição federal de ensino superior situada num dos estados mais pobres da federação apresentar. A partir da análise de alguns indicadores educacionais, tais como vagas ofertadas, número de matrículas, quantitativo de pessoal docente, qualificação docente e recursos orçamentários, intenta-se fornecer um panorama das transformações acontecidas no período que vai de 2004 a 2010 e visa contribuir para a compreensão dos avanços, das dificuldades e dos limites da gestão universitária.

Este trabalho não é desinteressado. De fato ele toma partido, e não por acaso. Ao assumir, em novembro de 2004, a chefia de gabinete da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pus-me diante desse novo desafio, que é de contribuir para a gestão de uma das principais universidades do Nordeste brasileiro.

Na estrutura das universidades federais, a chefia de gabinete tem por função maior dar apoio ao Reitor, gestor maior da instituição, na consecução dos objetivos propostos pela administração. No bojo de suas funções, destaca-se, além de serviços formais próprios do cotidiano da administração burocrática (organizar pauta, agenda e solenidades que o reitor esteja presente, acompanhar e organizar todos os processos a serem despachados pelo Reitor, ordenar despesas no âmbito do gabinete), o papel de articulação política interna e externa e coordenar o conjunto das atividades da administração superior da Universidade. Logo, o conjunto da política desenvolvida ao longo dos últimos seis anos contou com minha participação direta tanto no seu processo de construção quanto de implementação.

A UFPB no contexto do ajuste fiscal e da política de destruição da universidade pública

A UFPB foi criada pela Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, agregando faculdades e escolas existentes no estado, sendo o primeiro Reitor o Professor Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes, e federalizada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, por propositura do Ministro Abelardo Jurema.

O crescimento da instituição alcançou praticamente todas as regiões do estado da Paraíba, tendo a UFPB criado, além do *campus* de João Pessoa, mais seis *campi*, nas cidades de Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. Em 2002, os *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras foram desmembrados, originando assim a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O período que vai de 1995 a 2003, no plano nacional, foi marcado por um forte ajuste político-econômico em relação ao estado brasileiro, sob a égide do pensamento neoliberal. A

onda de privatizações, desemprego, restrição de gastos públicos foram a marca maior desse momento histórico.

No contexto da reforma do estado promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, priorizou-se, ao menos em discurso, os investimentos no ensino fundamental e relegou-se o ensino superior para segundo plano. Desse modo, implementou-se uma política de incremento de vagas a partir da flexibilização e da facilitação da abertura de instituições privadas. Em se tratando das universidades federais, promoveu-se um profundo contingenciamento de suas verbas tanto para custeio quanto para pessoal, tendo como conseqüência o sucateamento da infra-estrutura e a desvalorização e precarização do trabalho docente.

O estudo de Nelson Cardoso do Amaral consegue apreender muito objetivamente aquele período de restrição orçamentária das IFES ao mostrar que as receitas das IFES sofreram forte redução no período de 1995 a 2002, quando os recursos das IFES tiveram uma queda de 25,3%, ou seja, um quarto dos seus recursos para manutenção da máquina administrativa. O autor mostra ainda como essa queda se deu em relação ao PIB, ao Fundo Público Federal (FPF) e à arrecadação de impostos:

Os recursos em relação ao PIB caíram de 0,97%, em 1989, para 0,64%, em 2002 (34% de queda); em relação às despesas correntes do FPF, passaram de 5,70%, em 1989, para 3,17%, em 2002 (44% de queda); e no que diz respeito à arrecadação de impostos da União, diminuíram de 12,5%, em 1989, para 7,9%, em 2002 (37%). (AMARAL, 2003, p. 187)

A UFPB não esteve imune a essa crise de financiamento da educação superior. Suas verbas de custeio, por exemplo, chegaram ao ponto de apenas cobrir gastos essenciais como água, luz, telefonia etc. O pessoal docente sofreu forte contenção salarial, gerando desmotivação e, também resistência, através de sucessivas greves e paralisações. A falta de reposição do quadro docente resultou em precarização do trabalho docente com contratação de professores substitutos com baixa qualificação. A infra-estrutura de ensino, pesquisa e extensão foi completamente sucateada conforme testemunha, em depoimento prestado em outubro de 2005, o ex-reitor Jader Nunes de Oliveira, ao afirmar que a “*conseqüência inevitável desse deliberado processo de asfixia foi a obsolescência tecnológica dos laboratórios de ensino e dos recursos computacionais, a desatualização dos acervos bibliográficos, a deterioração das instalações prediais, o sucateamento da frota de veículos etc., etc*” (OLIVEIRA In: FERREIRA, FERREIRANDES, 2006, p 112).

A partir de 2004 inicia-se uma nova fase para as universidades federais. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, que assumira no ano anterior, após um primeiro ano bastante conservador em relação à política econômica em que deu continuidade à política de ajuste fiscal, retomou, ainda que timidamente, a política de investimento nas instituições federais de ensino superior. Em sequência deu início à política de expansão das universidades federais através do programa Expandir e do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A expansão com interiorização na UFPB

O Programa Expandir, instituído em 2006 pelo MEC, teve como objetivo ampliar o acesso às universidades federais com política de interiorização. O programa previa investimentos da ordem R\$ 592 milhões, até 2007, para a criação de dez novas universidades e 48 *campi*, beneficiando 68 municípios brasileiros, especialmente no interior do País.

Em novembro de 2004, assumia a reitoria da UFPB o professor Rômulo Soares Polari. Constava do seu programa a política de expansão da universidade. A crença que movia a administração recém-empossada era que estava nascendo uma nova etapa na vida das instituições federais de ensino superior e que novos meios e instrumentos seriam colocados à disposição das IFES para novos projetos. Tratava-se de agarrar as oportunidades. E assim o fez.

A UFPB aderiu ao Programa e projetou a construção do *campus* do Litoral Norte, nos municípios de Rio Tinto e Mamanguape, distantes cerca de 50 quilômetros de João Pessoa. O *campus* terá a sua atuação voltada para os municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios. O projeto original previu a implantação de 12 cursos de graduação com oferta de cerca de 900 vagas no processo seletivo devendo atender, em 2012, 4.000 alunos. Para dar conta da expansão foram alocados 190 docentes e 59 servidores técnico-administrativos.

As condições para a implantação de um novo *campus* foram desafiadoras. Embora os recursos financeiros disponibilizados pelo MEC tenham sido até certo ponto suficientes para bancar o investimento em obras de infra-estrutura, o mesmo não se deu em relação aos recursos humanos, particularmente quanto aos servidores técnico-administrativos. Ademais, persiste certa dificuldade para assentar os professores com maior qualificação em *campus* ainda em formação, acarretando uma enorme mobilidade docente, agravada pelo fato de que as oportunidades de concurso para docentes de universidade públicas cresceram de forma exponencial nos últimos anos. Atualmente *campus* do Litoral Norte conta com 155 docentes e 35 servidores técnico-administrativos.

Os primeiros anos de implantação foram mais difíceis. O *campus* funcionou inicialmente em instalações provisórias, cedidas pelas prefeituras, que não correspondiam às necessidades ideais para a atividade da graduação. À medida que as obras avançavam, os cursos eram transferidos para as instalações fixas, mas ainda sem as condições ideais para o funcionamento. Apenas agora em 2011 todas as obras estarão finalizadas e entregues à comunidade. Espera-se também que os cursos previstos estejam em funcionamento e todos os docentes e servidores técnico-administrativos nomeados.

Dos 12 cursos de graduação planejados, dez encontram-se em funcionamento e os demais deverão ser implantados em 2011. Os primeiros cursos ofertados começam a ser avaliados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Em que pese a precariedade de algumas edificações inconclusas, dos três cursos avaliados em 2009, dois obtiveram o conceito 4 numa escala de 1 a 5 e o terceiro não teve nota divulgada, embora todos os indicadores apontassem para a nota próxima aos demais. A coordenação do curso recorreu da

decisão. Recentemente, o *campus* do Litoral Norte teve aprovado dois cursos de pós-graduação *stricto sensu*, meta não prevista no projeto original. Esses resultados, em seu conjunto, apontam para o sucesso da política de expansão com interiorização.

A expansão da UFPB via Reuni

A segunda grande oportunidade veio com o programa Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e que tem como objetivo a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. A meta global do programa é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos. Objetiva, também, já a partir do ano de 2009, que as universidades federais ofereçam mais de 227 mil vagas na graduação, o dobro em relação aos números de 2003, quando a oferta foi de apenas 113.938 vagas.

O Projeto Reuni foi submetido à discussão na UFPB e mesmo não dispondo de um largo período para amadurecimento da proposta, foi aprovado em todos os conselhos de centro e referendado pelo Conselho Universitário, com votos contrários apenas da representação estudantil e metade da bancada dos servidores.

As metas de expansão do ensino de graduação pactuadas com o MEC prevêem a expansão das matrículas, até 2012, em 13.556 novas matrículas, correspondendo a cerca de 70%, a ampliação da oferta de vagas nos processo de ingresso em 3.107 novas vagas; a destinação aos cursos noturnos de 45 % das 3.056 vagas adicionais ofertadas pelos atuais e pelos novos cursos presenciais de graduação; a criação de 16 cursos de licenciatura e bacharelado no período noturno e; a oferta de 32 novos cursos de graduação que serão criados e implantados até 2012;

No plano do chamado compromisso social da Instituição, aprovou-se uma meta de grande alcance e bastante polêmica, que foi o de aprofundar discussões e promover estudos de viabilidade sobre sistema de reserva de vaga, com vistas à apreciação dos conselhos superiores da instituição em 2008.

Ainda no plano da inclusão social, aprovou-se a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPB, desenvolvendo políticas permanentes de acessibilidade em favor dos estudantes com deficiência, articulando e consolidando as ações já efetivadas na Instituição através da sistematização de informações sobre grupos de estudantes com deficiência e seu desenvolvimento acadêmico; a construção de rampas de acesso para deficientes físicos nos ambientes de cada coordenação de curso; a implantação de programa de tutoria para alunos com deficiência; o aumento em 20%, ao ano, do número de vagas no Cursinho pré-vestibular oferecido em cada campus; a expansão do número de alunos de graduação com atividades de Extensão como bolsistas ou colaboradores; a expansão do número de Projetos de Extensão articulados ao projeto político-pedagógico dos cursos de graduação e às demandas sociais locais.

Uma das principais metas constantes do projeto Reuni da UFPB é a de dobrar o número

de alunos bolsistas PIBIC do CNPq para a UFPB, bem como da contrapartida da instituição, saltando de 485 para 1050, em 2012. Previu-se também a criação de programa de Bolsas Estágio Docência e de Bolsas de Tutoria,

Na área de recursos humanos previu-se a contratação de 395 docentes em regime de dedicação exclusiva e 454 servidores técnico-administrativos. Com esse número de docentes, a relação aluno/professor alcançaria a meta do Reuni de 1 para 18, incluindo a expansão com interiorização.

Com base no projeto Reuni, a UFPB ingressou numa fase de completa reconstrução de sua infra-estrutura, projetando-se a edificação de 41.150 m² e a reforma de 17.185 m², em todos os seus *campi*, à exceção do Litoral Norte que conta com dotação específica. As dificuldades para o atingimento dessa metas assentam-se, inicialmente, no setor de engenharia da instituição. Com efeito, o corpo de engenheiros da UFPB estava reduzido a apenas sete profissionais, número insuficiente para dar conta de todo o processo de planejamento, elaboração de projetos, licitação e fiscalização de obras. Na medida em que novos profissionais foram sendo nomeados, houve melhoras no processo de construção das obras, mas ainda verifica-se algum atraso na conclusão de várias edificações.

As metas de incremento de vagas em processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação, previstas para 2012, foram superadas já em 2011 com a abertura de 2.180 novas vagas, com a criação de 30 novos cursos, excluindo os do Litoral Norte. Desse modo, a UFPB deverá, até 2012, praticamente dobrar o quantitativo de alunos matriculados, saltando de 19.000 alunos em 2004 para 38.000 alunos, e, 2012.

A ampliação do acesso à universidade pública não deve desconsiderar as profundas desigualdades educacionais existentes em relação, sobretudo, às condições socioeconômicas e também à questão da etnia. Nesse sentido, a UFPB instituiu diversos cursos pré-vestibulares voltados para os alunos da rede pública de ensino do Estado da Paraíba em todo os *campi* da instituição. Esses cursos atendem, na atualidade, cerca de 5.000 alunos do ensino médio e são instrumentos importantes de apoio para o acesso à instituição.

Já com relação aos programas de inclusão social e ações afirmativas, aprovou, embora com um certo atraso, uma nova modalidade de ingresso na graduação, denominada de Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV). Por essa nova sistemática de ingresso, o preenchimento das vagas correspondentes aos percentuais de que trata a Resolução N°. 09/2010 do CONSEPE deve ser feito observando-se, também, a reserva para negros (pretos e pardos), índios e portadores de deficiência, na proporção da participação destes grupos na população do Estado da Paraíba, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda de acordo com a Resolução, a reserva de vagas deverá ser implantada gradualmente até atingir o total de 40% das vagas de todos os cursos nos seguintes termos: 2011: 25% das vagas de todos os cursos; 2012: 30% das vagas de todos os cursos; 2013: 35% das vagas de todos os cursos; Processo Seletivo Seriado – 2014: 40% das vagas de todos os cursos.

Desse modo, o processo de expansão da UFPB incorporou também uma dinâmica democratizadora extremamente importante com relação aos setores historicamente excluídos do acesso ao ensino superior de qualidade. É importante lembrar que das três universidades públicas existentes na Paraíba, apenas a UFPB adotou uma política de cotas que levou em conta a questão étnica.

As condições de financiamento

Do ano de 2004 até 2010, a receita orçamentária da UFPB apresentou forte crescimento alcançando o percentual de 61,2% para uma inflação que foi praticamente a metade no mesmo período. Para os propósitos deste artigo interessa verificar a expansão das verbas de Outros Custeios e Capital (OCC), visto que as despesas de pessoal são definidas no âmbito nacional, embora a sua evolução se dê não somente por conta de incremento nos salários dos professores e demais servidores, mas também por conta do aumento do quantitativo desses profissionais.

O quadro abaixo detalha os recursos orçamentários por fontes no período de 2004 a 2010. Cabe destacar que os valores de 2004 referem-se á despesa efetivamente executada, enquanto os valores de 2010 reportam-se ao orçamento inicial proposto. A execução do orçamento de 2010 permite adiantar que esses valores foram superados, mas considerando que ainda não estão disponíveis para consulta pública, optou-se trabalhar com o orçamento inicial.

DESPESA	2004¹	2010²	Variação
PESSOAL	385.439.033	642.901.864	66,8
OCC	32.028.985	112.363.862	250,8
TOTAL	417.468.018	755.265.726	80,9

Fonte: O autor, com base nos dados fornecidos pela CODEOR/PROPLAN/UFPB. Valores nominais.

¹ Orçamento executado.

² Orçamento inicial.

Quadro 1 – UFPB: Recursos Orçamentários - 2004/2010

(Valores em R\$ 1,00)

Os valores constantes do quadro acima mostram um excelente incremento dos recursos totais da UFPB, atingindo o percentual de pouco mais de 80%. A variação de pessoal, que engloba tanto pessoal ativo quanto inativo e mais as sentenças judiciais também tiveram forte expansão, bem acima da inflação do período que foi de 35%. Já a despesa de OCC superou em muito o crescimento total, atingindo a variação de 250,8%. Esse aumento decorreu não somente da recomposição das fontes de benefícios, manutenção e despesa de capital do orçamento original da instituição, mas por que a ela foram incorporadas as verbas do programa Expandir e também do Reuni. Destacam-se também os recursos destinados a financiar a assistência estudantil, os quais atingiram o montante de R\$ 7.217.873,00 e assistência médico-odontológica, no total R\$ 13.615.399,00, alcançando cerca de 18% do orçamento de OCC.

Em síntese, as condições orçamentárias da UFPB foram extremamente positivas no período analisado. Com efeito, houve recomposição das fontes de financiamento e inclusão de novas. A política de assistência estudantil deve ganhar novo impulso com o programa PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Concomitantemente ao incremento da receita orçamentária do Tesouro, a UFPB buscou captar recursos com diversas outras fontes, públicas e privadas, o que levou a instituição a obter verbas para a licitação de duas grandes construções: o de um Centro de Arte e Cultura e um Instituto de Desenvolvimento do Estado da Paraíba. As obras e equipamentos dessas construções estão orçados em mais de 30 milhões de reais e os recursos foram obtidos de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União e de convênios com bancos públicos e privados que atuam no interior do *campus* I, em João Pessoa.

A expansão do corpo docente e de servidores técnico-administrativos

No período de 1995 a 2003, por conta do forte contingenciamento dos recursos das instituições federais de ensino superior, houve um processo de precarização da força de trabalho docentes nas universidades federais. Os cargos gerados por aposentadorias ou mesmo demissões não eram repostos em quantidade suficiente. Para suprir esse vazio, o governo federal incentivou a contratação de professores temporários, em geral com pouca qualificação e experiência de docência de ensino superior, e salários bem abaixo dos professores efetivos. Essa situação imperou até 2007, quando foi criado um novo mecanismo de reposição do quadro docente, o chamado banco de professores-equivalentes, através da Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007.

Essa medida significou maior autonomia para as universidades federais para repor o seu quadro de pessoal docente, em substituição ao professor temporário e também com relação às futuras aposentadorias e demissões.

Para além dessa nova possibilidade de contratação, por via de concurso público, de novos docentes, os programas de expansão da UFPB resultaram na nomeação de 298 novos professores no período de 2008 a 2009, conforme quadro abaixo.

Docentes	Quantitativo	Percentual
Dedicação exclusiva	276	92,6
T-40	17	5,7
T-20	05	1,7
Total	298	100

Fonte: O autor, com base nos dados disponibilizados pela PROGEP/UFPB.

Quadro 2 – UFPB: Provimento de docentes dos programas REUNI, Expansão e UAB – 2008-2009.

È importante esclarecer que das 298 vagas abertas, apenas 13 foram direcionadas para docentes vinculados ao Programa Universidade Aberta do Brasil.

De acordo com os dados acima, verifica-se que, na UFPB, os professores concursados com base nos programas de expansão foram nomeados, majoritariamente, para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva e menos de 10% para os demais regimes. Esses dados, de certo modo, se contrapõem às avaliações dos críticos aos programas de ampliação das universidades, os quais acreditavam que a expansão, particularmente via programa Reuni, seria feita com precarização do trabalho docente e contratação de professores em regime que não o de Dedicção Exclusiva, com funções específicas de docência em sala de aula, quebrando, assim, a tríade do ensino, da pesquisa e da extensão. Verifica-se, também, que as contratações de professores sem dedicação exclusiva concentram-se basicamente na área de saúde, no curso de Direito e alguns curso da área das artes.

Com relação aos servidores técnico-administrativos, no período de 2008 a 2009 foram concursados e nomeados 246 novos servidores, incluindo os do Litoral Norte, Colégio Agrícola, Escola Técnica de Saúde e UAB. Verifica-se que a nomeação de servidores não se dá no mesmo ritmo do de professores. Recentemente, porém, publicado o Decreto 7232, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Essa medida equivale à criação do banco de professores equivalentes, podendo as universidades, daqui por diante, realizar concurso público para servidores técnico-administrativos independentemente de prévia autorização dos Ministérios do Planejamento e da Educação para repor seu quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de alguns percalços, o processo de expansão da UFPB significa uma nova fase na democratização da educação pública superior no Estado da Paraíba. Como se trata de uma política nacional, não seria exagero afirmar que a democratização atinge todo o Brasil. Essa nova realidade, ao que tudo indica, se deu a partir da superação do modelo de contenção dos gastos sociais.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o processo de descapitalização das universidades públicas é um fenômeno global, mas com marcadas diferenças entre o centro, a periferia e semiperiferia. Essa política tem que ser vista de um ponto de vista macro. Atentou-se não só contra as políticas sociais, mas contra a idéia do próprio Estado nacional ou mesmo de um projeto nacional (SANTOS, 2004).

A mudança do paradigma imposto pelo *Consenso de Washington* certamente não será com o retorno ao que existiu anteriormente, dada a profundidade das reformas, às mudanças acontecidas no mundo do trabalho, no próprio Estado e na sociedade em geral. Boaventura de Sousa Santos fala em “enfrentar o novo com o novo” (Idem, p. 61-62). Dentre as principais ações propugnadas pelo autor acima, destaca-se a luta pela definição do próprio conceito de universidade, com vistas a recuperar a sua legitimidade.

A recente expansão da universidade pública brasileira, paradoxalmente, encontrou resistência exatamente em setores da esquerda universitária. De forma dogmática, colocaram-se contrários a essa política invocando uma suposta inspiração com relação às políticas neoliberais. Este trabalho mostra que do ponto de vista do financiamento, não existe a menor semelhança entre a atual política e a anterior, posto que o processo de descapitalização foi contido e iniciou-se um novo ciclo de expansão da educação superior pública. Ademais, a criação do banco de professores-equivalentes e seu congêneres com relação aos servidores significam maior autonomia das universidades federais em uma área das mais sensíveis, a gestão de pessoas.

Entretanto, é preciso que ocorra a continuidade dessa política, assegurando uma base sustentável de recursos, de modo que as universidades públicas possam garantir a oferta de novas vagas sem que se corra o risco de prejuízo da qualidade dos seus cursos tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Com relação ao acesso, verifica-se que o grande desafio que ainda permanece relaciona-se à democratização dessas instituições públicas. Nesse rumo, faz-se necessário não apenas aumentar a oferta de vagas, mas direcionar boa parte dessas novas vagas para setores historicamente excluídos da Universidade. Concomitantemente, é preciso que políticas de apoio e promoção ao estudante sejam intensificadas com vistas a garantir a permanência dos estudantes de baixa renda em todos os cursos, e não apenas naqueles de menor custo, e o aprendizado com qualidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson Cardoso. *Financiamento da educação superior: Estado x Mercado*. São Paulo: Cortez ; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Portaria Normativa Interministerial nº 22*, de 30 de abril de 2007. Publicado no Diário Oficial da União em 02.05.2007.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto 7232*, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 20.07.2010.
- BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Resolução 09/2010*. Institui a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação, desta Universidade, e dá outras providências. Disponível em: http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf
- FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, “Tratados de Livre Comércio” e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009, p. 161-192.
- OLIVEIRA, Jader Nunes de. Depoimento. In: FERREIRA, Maria de Lucia de Fátima; FERREIRANDES, David. *UFPB: 50 anos*. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 2006, p. 112.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120)